

## **Territorialidades: deslizamentos conceituais e tramas sonoras<sup>1</sup>**

Maria Lívia de Sá Roriz Aguiar<sup>2</sup>  
Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ

### **Resumo**

O objetivo do artigo é, inicialmente, fazer uma reflexão sobre a questão do território, mostrando como deslizamentos conceituais produziram nas últimas duas décadas transformações fundamentais no conceito de espaço que caminhou em direção à noção de territorialidade. Aproximamos a problemática dos trabalhos que fazem a correlação entre música e comunicação, procurando compreender o conceito de “territorialidades sônico-musicais” desenvolvido por Herschmann (2013).

**Palavras-chave:** Território; Espaço; Música; Comunicação.

### **Considerações Iniciais**

Se, por um lado, as transformações da chamada pós-modernidade levaram à percepção da perda de referenciais espaciais, culminando com a apropriação da questão do espaço por diversas disciplinas, por outro a generalização da referência conduziu, muitas vezes, a sua adoção sem os cuidados teóricos indispensáveis para pensar a problemática.

Dessa forma, é fundamental, no nosso entendimento, seguir as transformações das abordagens no interior das ciências humanas, mostrando como se passou das discussões sobre o espaço enquanto local, lugar, território até incluir a questão das territorialidades e das multiterritorialidades.

Por último, aproximamos a problemática do universo reflexivo da comunicação, especificamente no que se refere aos trabalhos que fazem a interseção entre música e comunicação, procurando perceber como a questão do território vem sendo aplicada em algumas pesquisas da área. Nesse sentido, a compreensão do conceito de “territorialidades sônico-musicais” (HERSCHMANN, 2013) é fundamental para completar um percurso que procura entender a construção conceitual, considerando alguns deslizamentos em torno dessas questões. Deslizamentos não apenas por que as novas abordagens contemplam

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Comunicação Música e Entretenimento do XIV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), email: [marialiviaroriz@gmail.com](mailto:marialiviaroriz@gmail.com).

aspectos das anteriores, seja referendando partes ou refutando outras tantas, mas também porque há a produção de reflexões singulares a partir de uma nova angulação.

**Espaço, território, territorialidades: deslizamentos conceituais.**

A noção de espaço como dimensão essencial para a compreensão da sociedade foi, ao longo do século XX, conceito chave tanto para a geografia como para a história. Na história pressupunha-se o espaço, sempre acrescido do termo social, como constituidor da disciplina, ao lado das categorias tempo e grupo social. Na geografia, o espaço como categoria conceitual que instaura o pensamento reflexivo sobre o território é alvo de um longo debate que atravessa o século XX.

Segundo Rogério Haesbaert (2004), observa-se um processo de negligenciamento da questão espacial como objeto de análise fora do âmbito da geografia e só com a chamada “crise pós-moderna contemporânea”, filósofos, sociólogos e antropólogos teriam se voltado para a importância da compreensão da dimensão espacial da sociedade.

Ainda que diversos autores tenham se apropriado e utilizado a noção de espaço, ao longo do século XX, construindo apropriações conceituais particulares, observa-se a preocupação de inserir na questão uma dimensão social, que muitas vezes se materializou na expressão “espaço social”. O espaço natural passava a ser habitado por relações sociais.

Como afirma Haesbaert (2005, p. 6755), em relação à importância dada por Henri Lefebvre ao conceito, observa-se que o espaço não era meramente um espaço natural. “Era um espaço processo, um espaço socialmente construído”, enfim, “um espaço feito território”, através de dois processos chaves: a apropriação (que começa pela apropriação da natureza) e a dominação (das relações de poder). Assim, para ele, o espaço apareceria de maneira difusa pela sociedade o que favorecia às abordagens genéricas.

Do ponto de vista dos historiadores esse espaço social era sempre habitado, no sentido de que seriam as relações sociais que definiriam a sua natureza. Observa-se, assim, um primeiro deslocamento: do local para o lugar. O espaço se transforma num lugar habitado socialmente e no qual as ações humanas produziam modificações fundamentais<sup>3</sup>.

A apropriação do conceito numa dimensão sociológica resultou na construção do que Pierre Bourdieu denominou teoria do espaço social, na qual o espaço era o lugar aonde se distribuía as relações de poder entre agentes e grupos que aí ocupavam posições relativas (1989, p. 133-161). Assim, essa concepção foi fundamental para o autor definir muitos de seus conceitos chaves, como por exemplo, campo social, campo de forças, capital, posições,

---

<sup>3</sup> Sobre essa questão cf. DOSSE, F (1992).

etc. O campo social no qual os agentes ocupam, na sua teoria, posições de classe e aonde se movem é considerado um espaço multidimensional de posições.

O espaço classificado como região pelo mesmo autor em outro texto (1989) era, a rigor, uma região de relações sociais. Assim, as regiões recortadas no espaço (tomando como apoio a terminologia da geografia) serviam para ele distinguir as proximidades ou distâncias dos agentes – em permanente relação – num campo social. Essa abordagem de Pierre Bourdieu sobre a questão é criticada por Haesbaert (2004, p. 27), que vê na definição a proeminência da força “puramente simbólica da região” e o desconhecimento do autor então de produções mais recentes da geografia sobre o tema.

Milton Santos afirma que o espaço é o *corpus* constitutivo da geografia e considera a noção como “um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações”. Assim, reconhece como principais categorias analíticas a “paisagem, a configuração territorial, a divisão territorial do trabalho, o espaço produzido ou produtivo, as rugosidades e as formas-conteúdo” (2006, p. 12 e 13).

Na definição, o próprio Santos vai acrescentando perspectivas analíticas a sua primeira proposição. Como esclarece no texto em que define espaço, ao mesmo tempo como sistema de objetos e sistemas de ação, o autor afirma que em sua primeira hipótese de trabalho, o espaço era considerado “como um conjunto de fixos e fluxos” (1978). Dez anos depois passou a trabalhar com outro par de categorias: a configuração territorial e as relações sociais (1988). E, finalmente, considerou o espaço como “um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ação” (2006, p. 39). Diz ele:

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá (...) O espaço é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e ao seus habitantes (...) Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre esses objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma (SANTOS, 2006, p. 39).

Percebendo o espaço como dinâmico e sujeito a permanentes transformações, que num processo histórico vai se modificando e, ao mesmo tempo, construindo outras tensões no chamado sistema de ações e no lugar, Santos distingue, portanto, espaço e lugar. O lugar é onde se pode observar as transformações produzidas pelos sistemas de objetos (tecnologias) e os sistemas de ação (agentes), num conjunto sempre indissociável.

Destacando a relação intrínseca entre o sistema dos objetos e o sistema de ações, o autor coloca em proeminência a força da ação humana, sempre resultante, para ele, de necessidades naturais e criadas. Nas ações inclui não apenas os indivíduos, mas as empresas, as instituições. Mas os propósitos relativos às ações se realizam através dos indivíduos. E continua:

As ações resultam de necessidades, naturais ou criadas. Essas necessidades: materiais, imateriais, econômicas, sociais, culturais, afetivas, é que conduzem os homens a agir e levam a funções. Essas funções, de uma forma ou de outra, vão desembocar nos objetos, formas geográficas.

E conclui, parafraseando Whitehead (1938): “podemos dizer que ‘fora do espaço, não há realização’, o espaço sendo produzido por um conjunto particular de processos materiais e de processos de significação” (SANTOS, 2006, p. 53).

A redescoberta pelas ciências sociais da questão territorial, segundo Rogério Haesbaert, se deu no interior das múltiplas discussões em torno da crise pós-moderna contemporânea. Sendo assim, descobre-se o território para falar de seu fim (HAESBAERT, 2004, p. 26).

Procurando definir território, tomando como premissa a construção etimológica da palavra, o autor destaca a relação intrínseca entre território e poder. Nascendo com uma dupla conotação – material e simbólica – território se relaciona tanto à terra (*territorium*) quanto ao terror (*terreo*). A questão da dominação (jurídico-política) e do terror, como medo, sobretudo para os que foram alijados da terra ou foram impedidos de entrar no “*territorium*” (HAESBAERT, 2007, p. 20) está, portanto, inscrita na palavra.

O mesmo autor considera, a partir da noção de espaço/território de Lefebvre (1986), duas dimensões em relação ao conceito: um território múltiplo, diverso e complexo (enquanto “espaço-tempo vivido”) e um território “unifuncional”, reproduzido pela lógica capitalista hegemônica, “especialmente através da figura do Estado territorial moderno”.

É a percepção dessas duas dimensões que permite a ele dizer que o território, imerso sempre em relações de dominação e apropriação, “desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais concreta e funcional à apropriação mais subjetiva e/ou cultural simbólica” (HAESBAERT, 2007, p. 21). Trata-se, portanto, não de um espaço natural-concreto, mas de um espaço-processo sempre socialmente construído e transformável num longo percurso de relações humanas através do qual objetos e ações são manejáveis.

Tal como Lefebvre ou Milton Santos que privilegiam a noção de espaço, também na definição de território está incluída a ideia de espaço habitado, ou seja, vivido, mas também

percebido e concebido por um outrem, daí produzido. O que diferencia as duas noções é o foco teórico da análise: quando se considera o território há que enfatizar obrigatoriamente as relações de poder existentes naquele espaço (HAESBAERT, 2007, p. 21-22).

Citando a distinção feita por Milton Santos entre “território como recurso” e “território como abrigo”, Haesbaert, discordando do autor, reafirma a onipresença do território enquanto recurso, já que para ele nesta dimensão os dominantes privilegiariam o seu caráter funcional e mercantil, enquanto os dominados o valorizariam enquanto garantia de sua sobrevivência cotidiana (2004, p. 4).

Ao se privilegiar na análise a dimensão cultural, a adoção do conceito de território ou de espaço não daria conta das questões envolvidas nessa escolha. Assim, o conceito de territorialidade, além de incorporar a dimensão estritamente política, coloca em evidência a questão cultural, ou seja, como as pessoas “significam um lugar”. Grosso modo, podemos dizer que territorialidades são as significâncias produzidas pelos atores sociais nos lugares habitados.

A territorialidade, como um componente do poder, não é apenas um meio para criar e manter a ordem, mas é uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico através do qual nós experimentamos o mundo e o dotamos de significado (SACK, 1986, *Apud* HAESBAERT, 2004, p. 3).

Destacando os vínculos e as distinções entre as noções de território e territorialidade, alerta para não se reduzir a territorialidade à dimensão simbólico-cultural. Assim, para o autor, territorialidade não é apenas uma categoria analítica, um conceito teórico. Ela é a imagem ou o símbolo de um território, ou seja, não apenas existe como também pode fazer parte de uma estratégia político-cultural num dado momento histórico. E como exemplo dá o da Terra Prometida dos judeus: ainda que não houvesse o território físico durante muitos séculos, essa territorialidade os acompanhou através dos tempos (2007, p. 25). A territorialidade nesse caso era uma espécie de imagem memória do passado projetada no futuro.

Assim, identifica quatro possibilidades de abordagem da questão da territorialidade, que ora se aproxima ora se distancia da noção de território: como concepção mais ampla que território; como sinônimo de território; como distinta de território, em dois sentidos (domínio da imaterialidade e domínio do vivido) e como uma das dimensões do território (a dimensão simbólica).

Ao particularizar a questão da territorialidade, Haesbaert (2004) critica inicialmente a generalização da afirmação de que viveríamos no mundo contemporâneo um processo

generalizado de desterritorialização. O fato de haver uma menor mediação espacial, muitas vezes, nas relações sociais, segundo o autor, não nos autoriza a dizer que “vivemos uma era dominada pela desterritorialização” (p. 25).

Ao movimento de reinserção do espaço nas análises das ciências humanas a partir dessa premissa, corresponde também a vulgarização da problemática, na qual o destaque ao “mundo sem fronteiras”, o término das distâncias, a velocidade dos aparatos comunicacionais construindo outras possibilidades de transportes e a imaterialidade do espaço aparecem frequentemente repetidas. Ou seja, multiplicam-se os debates em torno da chamada “desterritorialização”.

Para Haesbaert (2004) o debate se tornou uma das marcas da chamada pós-modernidade “onde se confunde com as novas experiências de espaço-tempo – a ‘compressão’ ou o ‘desencaixe’ do espaço-tempo e as novas geometrias de poder aí envolvidas”. Para o autor, o que muitos denominam desterritorialização é a intensificação da territorialização no sentido de uma multiterritorialidade, que se caracteriza pela destruição e construção de territórios, nos quais se mesclam diversas modalidades territoriais, tais como os territórios-zona e os territórios rede, em novas fórmulas de articulação territorial (2004, p. 31-32).

A multiterritorialidade, portanto, se caracteriza pela possibilidade de “experimentar vários territórios ao mesmo tempo”, formulando-se uma territorialização múltipla. Tomando como pressuposto que o processo de territorialização parte sempre do indivíduo ou de pequenos grupos, toda relação social seria uma interação territorial ou “um entrecruzamento de diferentes territórios”. É nesse sentido que afirma que “teríamos vivido sempre multiterritorialidade” (HAESBAERT, 2004, p. 344).

Assim, ao se eleger como possibilidade de análise teórico-conceitual a noção de multiterritorialidade (ao invés, por exemplo, de desterritorialidade), na qual a questão do movimento, da fluidez e da transformação são colocadas em proeminência, reconhece-se o espaço e o território como estratégicos na transformação da sociedade (2005, p. 6790). Se as visões reacionárias definem o espaço a partir de sua estabilidade, da delimitação precisa das fronteiras, das identidades fixas, considerar a multiterritorialidade implica em perceber a diversidade, um lugar “não fechado e defensivo, voltado para fora e adaptado a nossa era de compressão de tempo-espaço” (2005, p. 6790).

Assim, o território é predefinido como multiterritorial, já que como espaço dominado/apropriado possui um sentido multi-escalar e multidimensional, só podendo ser explicado a partir de uma concepção de multiplicidade, de uma multiterritorialidade (2005,

p. 6790). E conclui: “Pensar multiterritorialmente é a única perspectiva para construir uma outra sociedade, ao mesmo tempo mais universalmente igualitária e mais multiculturalmente reconhecedora das diferenças humanas” (p. 6791).

### **Deslocando a cena: territorialidades sônico-musicais**

Ao fazer um balanço conceitual sobre os estudos que enfocam a relação música e comunicação no Brasil, Herschmann (2013), mostrando a multiplicidade desse cenário e a importância das abordagens de mais de duas décadas de estudos sobre o tema, destaca que inicialmente a questão do espaço não era privilegiada nessas análises.

No mesmo artigo, produz uma genealogia do conceito de cena musical, destacando a sua proliferação e a sua relevância para o desenvolvimento dos estudos de música e comunicação no Brasil.

O autor mostra que o conceito de cena musical ganhou destaque no mundo acadêmico a partir das reflexões de Straw (1991), que articulou as noções de campo de Pierre Bourdieu (1983), lógicas das mercadorias de Bernard Miège (1989) e de práticas cotidianas de Michel DeCerteau (1994). “Como discípulo de Bourdieu, Straw estava mais preocupado com as dinâmicas do campo, as quais envolviam os indivíduos em cada cena musical” e, assim, “privilegiava a análise das tensões e articulações entre os atores que gravitavam numa mesma cena” (HERSCHMANN, 2013).

Num segundo momento, a partir das pesquisas desenvolvidas no âmbito do NEPCOM (Núcleo de Pesquisa de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro), realizou-se uma aproximação do conceito de cena com o de circuito musical, já que ambos “sugeriam relações fluidas, marcadas por um cotidiano de informalidade, no qual o protagonismo é dos atores sociais”. Enfim, “sugeriam um contexto em que os laços e afetos (gostos e prazeres) são tão importantes quanto a sustentabilidade, tendo mais peso do que contratos e formalidades” estudados também pelo grupo em torno da questão dos processos envolvidos na economia da música (HERSCHMANN, 2013).

A questão espacial implicada na noção de cena musical era, naquele momento, ainda secundária, já que o foco das pesquisas da primeira década dos anos 2000 recaía sobre

de que forma a indústria da música – nos seus circuitos e cenas – poderia construir caminhos alternativos de sustentabilidade num contexto de crise e desvalorização dos fonogramas: investigava-se a relevância dos afetos, das estesias e das experiências musicais (ao vivo) para o êxito de algumas iniciativas comerciais e outras não inteiramente comerciais (HERSCHMANN, 2013, p.4)<sup>4</sup>.

<sup>4</sup> O texto “Cenas, Circuitos e Territorialidades Sônico-Musicais” foi publicado no livro **Cenas Musicais** (ANADARCO, 2013), mas para as citações estamos utilizando o texto digitado disponibilizado pelo autor.



A emergência das categorias espaciais como definidoras de reflexões no âmbito das ciências humanas colocou a questão das espacialidades no centro das interpretações. Espaço, território, territorialidades, desterritorialidades, multiterritorialidades passaram a ser, como vimos no item anterior, temáticas importantes para várias áreas de conhecimento que tomavam ou não os pressupostos e reflexões da geografia como pretexto para a discussão das transformações identificadas no mundo contemporâneo no que dizia respeito às experiências humanas das espacialidades.

Citando Jameson (1997), Herschmann afirma que alguns autores “postulam que as categoriais espaciais hoje são mais importantes do que as categorias temporais (...)” e que, dessa forma, “estaríamos acompanhando nas ciências humanas a emergência de interpretações que constroem uma espécie de geografia cultural”. Ainda que discorde da afirmação de Jameson, já que acertadamente o autor reconhece a impossibilidade de separação das categorias tempo e espaço, ressalta, entretanto, o crescente interesse reflexivo em relação à dimensão espacial para dar conta da complexidade multidimensional das ações humanas implicadas nas cenas territoriais contemporâneas (2013, p. 4).

Na sequência, o autor afirma que o precursor do conceito de cena musical, Straw (2006), incluiu em suas análises a questão espacial, deslocando os aspectos processuais para segundo plano e definindo cena também “como espaço cultural”. Ao fazer isso aproximou os novos estudos de música da geografia e da antropologia cultural, relegando para lugar secundário as preocupações sobre a questão da autenticidade e da identidade. As pesquisas passaram a considerar a “dinâmica da música e dos atores envolvidos no espaço, especialmente urbano” (JANOTTI JR., 2012, *apud* HERSCHMANN, 2013).

Destacando que o uso de territorialidade “ou até de mutiterritorialidade” seria mais adequado “para analisar as dinâmicas que envolvem os agrupamentos sociais do mundo contemporâneo”, Herschmann (2013) vai construindo, no texto, a noção de “territorialidades sônico-musicais” que estaria em convergência com os agenciamentos que produzem outras significações para as cidades. Nesse sentido, a geografia e a arquitetura e, sobretudo, a música seriam vetores importantes para as sociabilidades desenvolvidas nesses lugares que podem se traduzir também em transformações visíveis nas espacialidades urbanas.

Essas territorialidades são construídas a partir das interações dos sujeitos que frequentam esses lugares produzindo novos sentidos e, ao mesmo tempo, reatualizando as experiências que ali são vividas e compartilhadas. Herschmann e Fernandes enfatizam que esses espaços



se transformam em lugares de “desfrute da vida cotidiana para além dos planejamentos e programações estabelecidos pelos organismos de estado ou de representantes do mercado”.

a música ao vivo (os afetos, estesias, interações geradas nos concertos e nos encontros e rodas) e, de modo geral, os aspectos e dinâmicas culturais, quando articulados com certos perfis arquitetônicos dos lugares (como as ruas-galeria) construiriam condições favoráveis para a alteração das territorialidades e do cotidiano urbano: portanto, ao de um novo *ethos*, de novos modos de co-habitar a cidade (HERSCHMANN e FERNANDES, 2011, p. 15).

A premissa de Herschmann (2013), portanto, é de que as transformações significativas produzidas em determinados espaços urbanos se constituem a partir de múltiplas ações dos atores produzindo um tipo específico de territorialidades: a sônico-musicais. O uso do plural na expressão indica não apenas a possibilidade de serem múltiplas, mas também as pluralidades de intervenções necessárias para a sua constituição.

Essa ação interventora dos atores “transmutando os significados dos espaços da cidade” a partir da música, que se constitui, assim, em agente de mudança, se dá em múltiplas dimensões: a transformação na significação público do espaço; a produção de sociabilidades específicas envolvidas pela música, o que denomina “musicabilidade”; as modificações físicas de organização espacial e de natureza arquitetônica; e a afirmação de uma nova “paisagem sonora”, valendo-se do conceito de Schafer (2001) (HERSCHMANN, 2013; HERSCHMANN e FERNANDES, 2011 e 2013).

A nova paisagem sonora desses espaços habitados e a constituição de territorialidades sônico-musicais são, portanto, consequências das transformações significadas produzidas pelos atores que intervêm nos espaços habitados a partir de performances musicais. Em relação à pesquisa que desenvolvem sobre o tema na cidade do Rio de Janeiro, Herschmann e Fernandes concluem:

Nos casos estudados, áreas consideradas anteriormente como “perigosas” ou “esvaziadas” são agora apropriadas (“ocupadas”), agenciadas pelos atores. Nestas territorialidades se “compartilha uma intensa experiência sensível e estética” (Rancièrè, 2009) e se constroem identidades e sociabilidades que gravitam em torno da música e modificam o ritmo e o cotidiano urbano: seja no plano físico (com resultados significativos culturais, econômicos e sociais) ou do imaginário urbano (HERSCHMANN e FERNANDES, 2012, *Apud* HERSCHMANN, 2013).

### **Considerações Finais**

No conceito de territorialidades sônico-musicais a dimensão transformadora da música e de sua encenação no espaço urbano é um dos aspectos mais inovadores e, ao mesmo tempo, inquietadores envolvidos na questão.

Assim, ainda que coloquem em proeminência a ação dos atores sociais na encenação da música no espaço urbano, pode-se perceber na construção argumentativa dos autores o papel central ocupado pela música como agente de mudança. O conceito de “musicabilidade” se constitui, talvez, no exemplo mais marcante para que possamos fazer essa afirmação. As sociabilidades aparecem construídas e praticadas tendo como fator determinante a música que envolve os que se encontram naqueles territórios, produzindo uma mistura dos espaços com os corpos que ali estão, levando a “estesia, interações sensíveis” e a uma sociabilidade movida pela música (HERSCHMANN e FERNANDES, 2013).

Observa-se, portanto, que a questão da apropriação multidimensional desses espaços por atores em movimento (na música e em direção à música) é a chave teórica para a compreensão do conceito. Reconhece-se, ao mesmo tempo, as diferenças e as ações significadas produzidas nesses lugares e que através da música há uma efetiva dominação/apropriação/transformação em direção a territorialidades precisas.

Se tomarmos como premissa que no conceito de multiterritório está incluída a ideia chave de espaço dominado/apropriado multi-escalar e multidimensional, poderíamos dizer que para além de territorialidades sônico-musicais, os movimentos que se observam nos espaços urbanos estudados por Herschmann e Fernandes seriam de multiterritorialidades sônicas.

Não apenas porque se reconhece as diferenças e as ações significadas produzidas nesses “lugares”, mas porque identificam que os atores e a música são agentes de dominação/apropriação/transformação de um espaço habitado em torno de múltiplas ressignificações.

## REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre (1983). **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero.

BOURDIEU, Pierre (1989). “Espaço social e gênese de classes”. In: **O poder simbólico**. Lisboa: Editorial Presença, p. 133-162.

BOURDIEU, Pierre (1989). “Identidade e representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região”. In: **O poder simbólico**. Lisboa: Editorial Presença, p. 107-132.

BOURDIEU, Pierre (1989). **O poder simbólico**. Lisboa: Editorial Presença.

DECERTEAU, Michel (1994). **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes.

DOSSE, François (1992). **A história em migalhas**. Dos Annales à Nova História. Campinas, SP: Editora da UNICAMP.

FERNANDES, Cíntia Sanmartin; MAIA, João e HERSCHMANN, Micael (Org.) (2012). **Comunicações e territorialidades**: Rio de Janeiro em cena. Guararema, SP: Anadarco.

HAESBAERT, Rogégio (2005). “Da desterritorialização à multiterritorialidade”. In: **Anais do X**

Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo, p. 6774-6792.

HAESBAERT, Rogério (2004). **O mito da desterritorialização**. Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. São Paulo: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, Rogério (2007) “Território e multiterritorialidade: um debate”. In: **GEOgrafia**, Ano IV, n. 17, p. 19-45.

HERSCHMANN, Micael (2013). “Cenas, Circuitos e Territorialidades Sônico-Musicais”. In: JANOTTI JÚNIOR, Jeder; SÁ, Simone. (Orgs.). **Cenas Musicais**. Guararema: Anadarco.

HERSCHMANN, Micael e FERNANDES, Cíntia Sanmartin (2011). “Territorialidades sônicas e re-significação de espaços do Rio de Janeiro”. In: **LOGOS 35** Mediações sonoras. Rio de Janeiro: UERJ, Vol.18, No 2, 2o semestre 2011.

HERSCHMANN, Micael e FERNANDES, Cíntia Sanmartin (2012). “Nova Orleans não é aqui.” In: **E-Compós**. Brasília: Compós, v. 15, n. 2.

HERSCHMANN, Micael e FERNANDES, Cíntia Sanmartin (2013). “Potencial movente do entretenimento, da música e espacialidade no Rio de Janeiro”. In: RIBEIRO, Ana Paula G., FREIRE FILHO, João e HERSCHMANN, Micael (org.). **Entretenimento, felicidade e memória**. Forças moventes do contemporâneo. Guararema, SP: Anadarco.

HERSCHMANN, Micael (2013). **Cenas, circuitos e territorialidades sônico-musicais**. In: JANOTTI JR., Jeder e SÁ, Simone Pereira (org.). **Cenas Musicais**. Guararema, SP: Anadarco.

JAMESON, Frederic (1997). **Pós-modernismo – a lógica cultural do capitalismo tardio**. São Paulo: Ática.

JANOTTI JR., Jeder (2012). “Will Straw e a importância da ideia de cenas musicais nos estudos de música e comunicação” (entrevista). In: **E-Compós**. Brasília: Compós, vol. 15, n. 2.

LEFEBVRE, Henri (1986). **La production de l’espace**. Paris: Anthropos.

MIÈGE, Bernard (1989). **La société conquise par la communication**. Grenoble: PUG.

SACK, R. (1986). **Human Territoriality: its theory and history**. Cambridge : Cambridge University Press.

SANTOS, Milton (1978). **Por uma geografia nova**. São Paulo: HUCITEC.

SANTOS, Milton (1988). **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: HUCITEC.

SANTOS, Milton (2006). **A natureza do espaço**. Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP.

Schafer (2001), R. Murray. **A afinação do mundo**. Bauru: UNESP.

STRAW, Will (1991). “Systems of articulation, logics of change: communities and scenes in popular music”. In: **Cultural Studies**, vol. 5, n. 3.

STRAW, Will (2006). “Scenes and sensibilities”. In: **E-Compós**. Brasília: COMPÓS.

WHITEHEAD, Alfred North (1938). **Modes of thought**. London: MacMillan.